

AS SOCIEDADES SECRETAS E A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO LIBERAL

Célia Galvão Quirino dos Santos

O pensamento liberal — que tem suas manifestações práticas na Revolução Francesa e na Independência Americana e teóricas na Filosofia da Ilustração, — desenvolvendo-se na segunda metade do século XVIII e por todo o XIX é sabidamente representativo da ascensão da burguesia ao poder político. Aparece ainda como ideologia do surgimento dos chamados Estados Democráticos, enquanto consolidação das unidades nacionais.

Se, na Europa, o que então se denominava liberalismo era uma resposta política às Monarquias absolutas, e econômica à necessidade do livre desenvolvimento da indústria e do comércio, nas colônias americanas a própria concepção do termo estava fortemente ligada à idéia de emancipação. Portanto, seria natural que, aquilo que lá se entendia por pensamento liberal aqui aparecesse com novas formas e adaptando-se a transformações econômicas e sociais diferentes.

Assim, ao pensamento liberal democrático, base teórica das transformações na sociedade européia, necessárias ao próprio desenvolvimento do capitalismo industrial, correspondiam na Colônia manifestações carregadas da mesma ideologia, mas sem dúvida respondendo às necessidades locais e apresentando suas contradições próprias.

É bastante conhecida a influência das “idéias francesas”, ditas subversivas, em todos os movimentos considerados emancipadores, ou nas tentativas de oposição à administração portuguesa no Brasil.

Em tôdas as Inconfidências — Mineira, em 1788, Carioca em 1794, Bahiana, em 1798 — a leitura das obras de filósofos como Voltaire, Mably, Morelly, Rousseau, Locke, assim como da Constituição dos Estados Americanos, aparecia como acusação fundamental e como prova de traição à Corôa.

Mas, se ao dístico da Revolução Francesa, considerado o lema da formação das Repúblicas Democráticas — liberdade, igualdade, fraternidade — correspondia na Europa a liberdade no sentido do “laissez faire”, a igualdade no sentido da participação política da burguesia, a fraternidade no sentido da União



Nacional, na Colônia a contradição entre igualdade e liberdade apresentava novas características impondo naturalmente outras soluções.

Os estudantes brasileiros que na Europa se intoxicavam, no dizer da Corôa portuguesa, com as terríveis idéias francesas, quando no Brasil a estrutura social existente obrigava-os a criar novos lemas e apresentar novas soluções. Assim, torna-se fácil entendermos que ao “liberdade, igualdade, fraternidade” tomado à Maçonaria na Europa, correspondesse mais tarde no Brasil o “Independência ou Morte” tomado igualmente a uma sociedade secreta.

Se fazemos esta relação entre a formação do pensamento liberal no Brasil e as sociedades secretas, é porque estas servem como veículos daquêlê pensamento, adequando-o igualmente às nossas condições estruturais e tendo papel ativo nas nossas manifestações ditas liberais.

É certo que na Europa as mais diferentes formas de sociedade secreta, sobretudo as do tipo Carbonaro ou Maçônico, ganhavam novo impulso e se desenvolvem a partir da segunda metade do século XVIII. É certo também que a estas formas correspondem atitudes ideológicas e práticas no sentido do liberalismo vigente. Estas sociedades secretas mantinham, de acôrdo com os seus ideais liberais, uma luta contra as Monarquias absolutas, correspondente aos anseios de uma burguesia em ascensão, burguesia já definida em seu poder econômico, embora privada do poder político.

A difusão e o conseqüente desenvolvimento de lojas (sobretudo maçônicas) com fins políticos na França e em outros países absolutistas é uma resposta ao statu quo. Bem organizadas, estas sociedades assumem, politicamente, o papel de um partido revolucionário, que defende idéias e age no sentido da transformação do regime.

No Brasil, os mais diferentes tipos de organização secreta são introduzidos, desde a segunda metade do século XVIII, com os fins aparentemente mais variados. Surge, por exemplo, a *Sociedade Científica do Rio de Janeiro*, que mais tarde toma o nome de *Sociedade Literária* (sendo em 1794 fechada pelo Conde de Rezende), sob a denominação de Academias, surgem entre outras a dos *Esquecidos*, dos *Renascidos* e do *Suassuna* (1801), o *Areópago do Itambé* (1798 — Pernambuco, fundado por Ardua Câmara), *Universidade Secreta de Antonio Carlos*, *Escola Secreta de Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto*. Tôdas es-

tas sociedades funcionam como órgãos defensores do pensamento liberal e, quase sempre, aparecem envolvidas nos movimentos de rebelião que então se sucedem segundo os diferentes interesses locais.

Mas da mesma forma que no Brasil entravam livros proibidos — veja-se a biblioteca do Cônego Luís Vieira — as sociedades secretas eram introduzidas pelos estudantes que na Europa iam buscar as “luzes”. A Universidade de Montpellier, considerada um dos grandes focos de Sociedades Secretas na época, foi uma das mais frequentadas por estudantes brasileiros. Muitos deles ingressavam nessas agremiações e de volta tentavam criar aqui novas sociedades secretas ou sucursais daquelas. Sem dúvida, a Maçonaria foi a que mais adeptos fez, assumindo um papel político preponderante na primeira metade do século XIX, sobretudo no processo de emancipação e formação do Império Nacional. Sua vantagem sobre as demais associações, quase sempre de âmbito regional, fazia-se sentir justamente por ter um caráter internacional e “Nacional”, isto é desenvolvendo-se por toda a colônia.

A introdução da Maçonaria no Brasil apresenta-se com um caráter libertador, como aliás sucede nas demais colônias americanas e como difusora dos ideais liberais — democráticos. A influência das organizações francesas também é muito mais forte, na medida em que a Inglaterra poderia aparecer como aliada de Portugal, embora por ocasião da Independência ficasse nítido o interesse de lojas inglesas nesse movimento. Veja-se, por exemplo, o papel de Hipólito José da Costa, representante que era da Maçonaria brasileira na Inglaterra e ligado ao movimento Mirandista de emancipação das colônias americanas.

Mas, se por um lado estas agremiações secretas estão intimamente ligadas ao desenvolvimento do pensamento liberal, cujos ideais difundem-se nas colônias, é certo, passam a uma ação emancipadora, por outro, nestas mesmas colônias e sobretudo no Brasil, a estrutura econômico-social vai obrigá-las a uma adaptação desses ideais.

No dizer de Celso Furtado “não existindo no Brasil em princípios do XIX sequer uma classe comerciante de importância — o grande comércio era Monopólio da Metrópole — resultava que a única classe com expressão era a dos senhores agrícolas (1).

(1) Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Editora Fundo de Cultura S. A., Rio de Janeiro, pg. 113.

Os ideais liberais e as organizações secretas não eram introduzidos no Brasil e difundidos por uma burguesia se afirmando no poder político, mas sim por jovens pertencentes a esta única classe de expressão — a dos senhores agrícolas. Para citar novamente Celso Furtado, “a grande agricultura tinha consciência clara de que Portugal constituía um entreposto oneroso e a voz dominante na época era de que a colônia necessitava urgentemente de liberdade de comércio” (2).

As confusões entre os ideais de libertação da colônia e as necessidades de nossa camada agrícola, exprimiam-se nas formulações de nosso liberalismo e nos movimentos articulados pelas sociedades secretas.

Assim, a Conspiração de 1801 em Pernambuco, tendo à frente o grande senhor de engenho Barão de Suassuna, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, que aparece ao lado de Arruda Câmara como um dos possíveis fundadores do Areópago de Itambé. Esta sociedade política secreta tinha como objetivo, segundo as acusações, formar em Pernambuco uma república sob a proteção de Napoleão.

A abertura dos portos em 1808, como explica Celso Furtado, resultava de uma imposição dos acontecimentos. “O desaparecimento do entreposto lusitano logo se traduziu em baixa de preços das mercadorias importadas, maior abundância de suprimentos, facilidades de crédito mais amplas e outras óbvias vantagens para a classe dos grandes agricultores” (3).

Se assim os agricultores se viam beneficiados de alguma forma dentro dos quadros aparentes de aplicação da ideologia liberal, por outro lado este mesmo sistema liberal, a partir de 1810, através do tratado de comércio com a Inglaterra, passa a criar sérias dificuldades à economia brasileira.

“As províncias do norte, Bahia, Pernambuco e Maranhão, atravessam uma etapa de sérias dificuldades econômicas. Os preços do açúcar caem na primeira metade do século, e o do algodão ainda mais acentuados. Na região sul do país as dificuldades econômicas se acumulavam como reflexo da economia do ouro, principal mercado para o gado produzido no sul” (4).

Se o liberalismo aparecia de certa forma contraditório com a estrutura social-brasileira, representando um prejuízo face ao

(2) Idem, *ibidem*, pg. 113.

(3) Idem, *ibidem*, pg. 113.

(4) Idem, *ibidem*, pg. 113.

comércio com a Inglaterra, inadequado à relação senhor-escravo — por outro lado o liberalismo representava a emancipação dos comerciantes portugueses, e a possibilidade de competir no mercado mundial em igualdade de condições.

As sociedades secretas por sua vez, organizando-se sobretudo entre os grandes agricultores, passam a funcionar como partidos, muito bem estruturados, visando corresponder aos ideais do liberalismo, adaptados ao contexto sócio-econômico brasileiro.

As sociedades secretas passam a ter funções de apreensoras do pensamento liberal. Só os filhos dos senhores da terra podem ilustrar-se na Europa e unicamente através deles entram no Brasil livros filosófico-políticos, assim como a idéia de organização. Surge a possibilidade de reunião, discussão e adaptação desses ideais à realidade brasileira e, finalmente, a própria difusão e ação.

“A vinda de D. João para o Brasil, o seu estabelecimento no sul, parece levar as sociedades secretas a se organizarem no nordeste.

A Maçonaria nesse período já está plenamente estabelecida na Colônia e é num clima de quase segurança que as lojas se desenvolvem e pregam a emancipação do Brasil” (5).

Os movimentos de caráter liberal, que se sucedem antes e após a Independência, demonstram nitidamente a preocupação em encontrar soluções para os problemas locais.

As revoluções de 1817, em Portugal e em Pernambuco, parecem ter sido organizadas por lojas maçônicas segundo estímulos regionais.

Com o malôgro de ambos os movimentos de 1817, desencadeia-se nova perseguição às sociedades secretas. D. João expede

(5) “O norte, principalmente Pernambuco, abriga numerosas lojas. No Rio de Janeiro surgem as primeiras organizações. Em 1801 instala-se a primeira loja simbólica Regular sob o título de Reunião, filiada ao Grande Oriente da França. Em 1802 cria-se na Bahia a loja Virtude e Razão, ambas seguindo o rito francês. A Maçonaria portuguesa começa a se estabelecer no Brasil em 1804 com a vinda de um delegado afim de convencer nossos maçons a aderirem ao Grande Oriente Português. Mas aquelas primeiras lojas Brasileiras, de certa forma ligadas ao Grande Oriente francês, teriam também interesse em desligar o Brasil de Portugal, não apenas no plano político nacional, como também no âmbito da própria organização maçônica. Não alcançou êxito, à vista disso, o enviado português, que achou mais acertado deixar fundadas novas lojas, ligadas ao Grande Oriente Português. Nasceram então as lojas Constância e Filantropia. Surgem desde aí desentendimentos entre os ramos português e francês das lojas maçônicas brasileiras, sobretudo porque defendiam princípios políticos diferentes, já que o anti-absolutismo da Maçonaria portuguesa não envolvia uma posição favorável à independência colonial. As lojas portuguesas “adormeceram” em 1808. Em 1815 abre-se a Comércio e Artes, ligando-se a ela muitos elementos da loja Reunião”. (Célia de Barros Barreto, *Ação das sociedades secretas*, capítulo da História da Civilização Brasileira, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda, Tomo II, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1962; Vol. I, pg. 201)

a 30 de março de 1818 um alvará condenando tôdas as sociedades secretas, por considerar que conspiram contra o Estado.

A maçonaria Portuguesa, entrosada com a revolução do Pôrto, consegue pelo menos a derrubada do governo absoluto através da formação da Constituinte. A Revolução constitucional de 1820, embora aparecendo como vantajosa para os brasileiros, por seu caráter liberal e por apresentar a possibilidade do Brasil enviar representantes às côrtes de Lisboa, em igualdade de condições à dos representantes portugueses, na verdade foi uma tentativa, em relação ao Brasil, para que retornasse à situação de colônia, apresentando entre algumas das proposições fundamentais a volta de D. João VI e a abolição dos Tribunais no Rio de Janeiro.

Mas, a partir de 1821, o movimento emancipador e o liberalismo brasileiro têm nas sociedades secretas, na Maçonaria principalmente, os focos centrais de agitação. Tôda a luta pela Independência e a formação de uma ideologia liberal brasileira é fermentada e ideada nas lojas maçônicas. Estas tornam-se agora mais poderosas no sul, onde a proximidade da côrte propiciava melhores perspectivas para a ação. De tal modo cresce a atividade maçônica, que em maio de 1822 a Loja Comércio e Artes se desdobra em mais duas outras: “União e Tranquilidade” e “Esperança de Niterói”, instituindo legalmente dentro da maçonaria o Grande Oriente do Brasil.

É por tudo isto que podemos afirmar como o fez Otávio Tarquénio de Souza que “da Maçonaria fazem parte todos ou quase todos os homens que lutaram pela independência do Brasil” (6).

A Maçonaria passa a funcionar realmente como “o partido liberal” brasileiro ao qual se filiam e para o qual são atraídos aqueles que desejavam a Independência. Surgem também dentro da própria Maçonaria os primeiros desentendimentos oriundos de interesses diversos.

O liberalismo brasileiro, visando agora quase exclusivamente a Independência, afasta-se cada vez mais dos ideais republicanos. É certo que em alguns movimentos falou-se em República, mas é certo também que as formas republicanas propostas não tinham caráter nacional nem tampouco democrático.

As principais figuras ativas no movimento da Independência são membros de Sociedades Secretas: José Bonifácio, Lêdo

(6) Otávio Tarquénio de Sousa, *História dos Fundadores do Império*, José Bonifácio, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1960, vol. 1, pg. 190.

e o Príncipe D. Pedro. Mesmo as desinteligências entre os dois primeiros surgem dentro das Lojas.

Tal era o papel das Lojas Maçônicas como agentes e propagandistas da libertação, aliás como afirma Otávio Tarquínio de Souza — José Bonifácio adere à Maçonaria por não acreditar nos seus métodos e na sua ação — pois, sendo ministro, considerava-se mais poderoso do que ela, mas para proceder à maneira de todos os patriotas e sobretudo para saber o que lá se passava, já que não confiava em todos os seus membros (7). Não era essa, entretanto, a posição de Lêdo, José Clemente ou Januário. Estes acreditavam na organização e nas suas possibilidades de ação.

Por outro lado, o Príncipe era atraído à organização secreta porque existia consciência de que ele deveria ser a principal peça na libertação. Embora chefiando o grupo mais radical dentro da sociedade secreta, Lêdo reconhecia a manutenção do Príncipe como Regente e futuro Imperador.

Existiam, é certo, cogitações nas quais se propunham fórmulas republicanas, mas José Bonifácio, bem como o liberalismo brasileiro como Ideologia da Independência, viam como necessária, e como única solução para a manutenção do Brasil unido, a Monarquia Constitucional.

Era a solução concreta para o liberalismo brasileiro, para a separação de Portugal. E para esta solução trabalharam as organizações maçônicas mais que tôdas as outras sociedades secretas.

Assim é que o grupo de Lêdo tenta atrair o Príncipe para a Maçonaria e ao mesmo tempo procura fazer aparecer o poder do Príncipe em termos de vontade popular. José Bonifácio teme, de uma certa forma, esta penetração de D. Pedro na organização, mas não pode controlar o grupo de Lêdo, que é o mais representativo, passando a Maçonaria a agir muitas vezes sem o seu conhecimento.

D. Pedro colocava-se entre os dois grupos, isto é, sem deixar de sofrer a influência de José Bonifácio, mas ao mesmo tempo atendendo aos desejos do grupo de Lêdo. É o grupo de Lêdo que organiza a aclamação de D. Pedro como Defensor do Brasil, embora José Bonifácio fôsse contra esta medida.

Por ocasião da Convocação da Constituinte, é novamente dentro da Maçonaria que se resolvem as divergências.

(7) *Idem*, *ibidem*, pgs. 190 e 191.

A Maçonaria, por seu lado, resolve de acôrdo com seus princípios emancipadores, e de sua missão libertadora nas colônias, fazer do ministro que deveria referendar o decreto da convocação o seu próprio Grão Mestre. A 28 de maio, José Bonifácio é eleito Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil, por proposição do próprio grupo de Lêdo.

Mas José Bonifácio, a quem a Maçonaria não inspirava confiança, apesar de ser seu Grão Mestre, resolve à vespera da Convocação, 2 de junho, criar uma nova sociedade secreta: o Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz. O Príncipe é convidado a participar, ocupando o pòsto de Arconte Rei (com o pseudônimo de Rômulo), enquanto José Bonifácio se reserva simplesmente o título de consul, com o pseudônimo de Tibiriçá.

Esta sociedade, organizada nos moldes da Maçonaria, passa a ter três "palestras": "Independência ou Morte", "União e Tranquilidade" e "Firmeza e Lealdade". Era princípio básico da organização defender por todos os meios a integridade, categoria e independência do Brasil como reino, e a Constituição legítima do Estado. Esta sociedade era considerada reacionária pelo grupo mais radical da Maçonaria, o que não impediu Lêdo e muitos de seu grupo de participarem do Apostolado.

Essa luta para atrair o Príncipe e ao mesmo tempo aparecer como o grupo mais ativo para a realização da Independência, leva o grupo de Lêdo a conduzir D. Pedro, na Maçonaria, ao seu posto máximo, isto é, Grão Mestre. Tudo é organizado na ausência de José Bonifácio, pois um dos propósitos era destituir-lo do Grão Mestrado.

Por outro lado, aliás, é o que realmente importava, o Grão Mestre da Maçonaria era o libertador do Brasil. Assim, a 14 de setembro, ao regressar de São Paulo, após a proclamação da Independência, D. Pedro é conduzido ao Grande Oriente onde é empossado no pòsto supremo da Ordem.

A Maçonaria havia cumprido parte de sua missão, a libertação de mais uma colônia. A solução não-republicana, Monarquia Constitucional, era imposta pela estrutura local e a Maçonaria, ela própria, trabalhou para que a libertação se desse nesses moldes.

O liberalismo brasileiro começa a tomar novas formas, adequando-se novamente às diferentes transformações políticas que de então advêm. Se no primeiro Reinado temos movimentos revolucionários com caráter republicano, como a Revolução de

1824, em Pernambuco, êles indicam, mais uma vez, as manifestações locais face a uma administração desfavorável bem como o sentido nitidamente contrário à centralização.

O Brasil havia realizado sua libertação, mas ainda não existia como nação.

A dissolução da Constituinte pelo Imperador aparecia como um golpe no liberalismo, e no entanto, é o grupo de Lêdo, que se propunha como o liberal mais radical, que o apoia no seu projeto de Monarca absoluto.

Mas a resposta brasileira ao liberalismo europeu já estava dada. A inexistência de uma burguesia impedia a própria formação de uma República nos moldes ditos democráticos. Para manter o Brasil unido era necessário um poder central. Uma estrutura de senhores e escravos, que se propunha como liberal, feita a Independência, só se podia organizar em termos de uma Monarquia Constitucional.

O liberalismo brasileiro se desenvolve a par com a necessidade de Independência, e sociedades secretas aparecem e têm importância para ajustar o liberalismo importado à realidade brasileira; organizam-se para tanto como verdadeiros partidos que arregimentam brasileiros, dando-lhes a consciência de sua situação de colonos.

É evidente que, quando a União se solidifica no II Reinado, o pensamento liberal se modifica, passando a ser explicável em termos da proposição senhor-escravo e do desenvolvimento do processo abolicionista.